

GOVERNADORES VÃO PRESSIONAR CONGRESSO

E também o Judiciário

Antes de seguir para o Palácio do Planalto, ontem à tarde, os 23 governadores almoçaram na Chácara de Águas Claras, residência oficial do governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), para definir os pedidos que apresentariam ao presidente Fernando Henrique Cardoso, logo depois. A principal reivindicação era de que o governo nomeasse um interlocutor para negociar, em nome da União, o alongamento da dívidas estaduais. O pedido foi aceito.

Os governadores decidiram também pressionar o Congresso para que apresse a votação da reforma administrativa e pedir ao Poder Judiciário que reduza a concessão de liminares em sentenças contra os Estados.

“Nenhum governador pretende descumprir suas obrigações legais, mas estamos pedindo ao Judiciário que nos ajude a encontrar uma solução para o problema”, disse o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB). Para o governador do Paraná, Jaime Lerner (PDT), o grande número de liminares concedido pela Justiça “está inviabilizando as ações de governo”. Os Estados estão encontrando dificuldades para pagar indenizações determinadas pela Justiça e, por causa disso, vários deles estão ameaçados de sofrer intervenção federal. Segundo Lerner, é preciso que as liminares e precatórios judiciais sejam adequados às possibilidades financeiras dos Estados. São Paulo tem R\$ 2,5 bilhões de precatórios em atraso.

De acordo com Covas, embora varie de um Estado para outro, a dívida é um problema comum a todos e deve ser tratado com base nos mesmos critérios. Ele se recusou, entretanto, a comentar os termos o acordo que São Paulo pode fechar com o governo federal para rescalonar a dívida de R\$ 15 bilhões o governo estadual com o Banespa. “Sobre esse assunto, já falei com todos com quem tinha que falar”, disse. O governador não quis nem mesmo confirmar se as negociações prosseguem ou se ele desistiu o acordo.

Com o silêncio de Covas, a defesa de uma solução para o Banespa partiu do governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB). “A questão do Banespa é grave, e a quebra da instituição seria danosa, pois poderia levar por água abaixo muito do que se está procurando construir no País”, disse ele. Segundo Britto, também é urgente a aprovação da reforma administrativa, já que todos os Estados estão encontrando dificuldade para pagar funcionários. “Todos estão fazendo a mesma coisa: procurando cortar despesas.”